

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

OBJETO:

O Credenciamento de pessoas jurídicas aptas ao fornecimento em consignação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) para a Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim, de acordo com a relação fornecida pela Contratada juntamente com a Habilitação que passa a ser parte integrante do Contrato oriundo do presente Credenciamento.

Os materiais a serem fornecidos em consignação, deverão se enquadrar nos grupos da Tabela de Procedimentos SIA/SUS, por valores iguais aos definidos pelo Ministério da Saúde.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

A Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim, por sua natureza de hospital público regional, necessita garantir o acesso imediato e contínuo a OPME de média e alta complexidade, assegurando qualidade, segurança e regularidade no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). O regime de consignação é essencial para manter disponibilidade de materiais sem comprometer recursos financeiros, permitindo reposição rápida conforme demanda clínica dos pacientes.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos para contratação/credenciamento de fornecedores de OPME em consignação para a Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim são:

- Habilitação jurídica: comprovar existência legal e regularidade do CNPJ.
- Regularidade fiscal e trabalhista: apresentar certidões negativas e comprovar situação regular junto a órgãos competentes.
- Qualificação técnica: demonstrar experiência, registro dos produtos na ANVISA e garantia de rastreabilidade.
- Condições de fornecimento: entrega em consignação, reposição imediata e responsabilidade pela qualidade e validade dos materiais.
- Conformidade sanitária e legal: atender às normas da ANVISA e demais legislações aplicáveis.

Assim, o hospital assegura que apenas empresas idôneas e capacitadas possam fornecer materiais críticos com segurança e eficiência.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 79, inciso I, Lei nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E PREÇO DE CONTRATAÇÃO

Considerando que os valores dos materiais a serem fornecidos em consignação estão vinculados e limitados aos valores estabelecidos pelo Ministério da Saúde na Tabela de Procedimentos SIA/SUS, e que a quantidade de itens não pode ser previamente estimada por depender diretamente da demanda assistencial e dos atendimentos realizados no bloco cirúrgico, os quais variam conforme o diagnóstico e o tratamento individual de cada paciente, não sendo possível fixar quantitativos ou padrões de utilização de OPME, justifica-se a publicação do credenciamento sem previsão de valores ou quantidades, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade da Administração Pública.

FONTE DE RECURSOS

Os recursos para remuneração pela execução do objeto deste contrato originar-se-ão dos repasses efetuados a Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim pelos convênios a que forem prestados serviços.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste no credenciamento de pessoas jurídicas aptas ao fornecimento, em regime de consignação, de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) para a Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim, hospital público regional de referência.

Componentes da solução

- **Chamamento público:** realizado conforme a Lei nº 14.133/2021, garantindo transparência e igualdade de condições.
- **Credenciamento de fornecedores:** habilitação jurídica, fiscal e técnica das empresas interessadas, com comprovação de regularidade e capacidade de fornecimento.
- **Fornecimento em consignação:** materiais permanecem disponíveis no hospital, sendo faturados apenas após utilização, assegurando disponibilidade imediata sem onerar o orçamento.
- **Gestão de estoque e rastreabilidade:** controle rigoroso de validade, qualidade e reposição dos itens, em conformidade com normas da ANVISA.
- **Atendimento regional:** suporte às demandas de média e alta complexidade da população atendida pelo hospital, garantindo acesso rápido e seguro a OPME.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS PRETENDIDOS

Disponibilidade contínua de OPME: manutenção de estoque consignado, evitando desabastecimento e garantindo acesso imediato aos materiais necessários para procedimentos cirúrgicos e terapêuticos.

Atendimento seguro e eficiente: uso de materiais devidamente registrados na ANVISA, assegurando qualidade e rastreabilidade.

Otimização de recursos públicos: redução de custos com aquisição antecipada, já que o pagamento ocorre somente após utilização dos itens.

Ampliação da rede de fornecedores: credenciamento aberto e transparente, permitindo participação de múltiplas empresas habilitadas.

Conformidade legal e administrativa: processo fundamentado na Lei nº 14.133/2021, garantindo segurança jurídica e transparência, em conformidade inclusive, com as exigências sanitárias.

Melhoria na gestão hospitalar: maior controle de estoque, validade e reposição, com suporte técnico especializado quando necessário.

Impacto regional positivo: fortalecimento do hospital público como referência regional, assegurando atendimento de média e alta complexidade à população

JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O fornecimento de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) para a Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim deve ocorrer em regime de consignação, com os materiais integralmente disponíveis no hospital antes da utilização.

- **Imediatismo da demanda:** os procedimentos cirúrgicos e terapêuticos exigem disponibilidade imediata dos itens, não sendo possível aguardar entregas parciais.
- **Segurança do paciente:** a ausência de qualquer componente inviabiliza o procedimento e pode comprometer a saúde do paciente.
- **Gestão de estoque:** o modelo de consignação pressupõe que o hospital mantenha o conjunto completo dos materiais necessários, com reposição imediata após uso.
- **Eficiência administrativa:** entregas fracionadas gerariam riscos de desabastecimento, aumento de burocracia e dificuldades de rastreabilidade.
- **Conformidade legal e contratual:** o credenciamento exige que os fornecedores garantam a integralidade do fornecimento em consignação, sem parcelamento, para assegurar qualidade e continuidade do serviço público regional.

DA DOCUMENTAÇÃO LEGAL

As empresas interessadas deverão apresentar, previamente a assinatura de contrato, documentação de regularidade econômica financeira, técnica, fiscal e trabalhista, devendo estar vigentes e regulares.

IMPACTO AMBIENTAL

Redução de desperdício: o regime de consignação evita estoques excessivos e vencimento de materiais, diminuindo descarte de produtos hospitalares.

Gestão adequada de resíduos: fornecedores credenciados devem cumprir normas da ANVISA e legislações ambientais, garantindo descarte seguro de embalagens e materiais não utilizados.

Menor consumo de recursos públicos: otimização do uso de insumos hospitalares contribui para práticas sustentáveis e racionalização de materiais.

Responsabilidade compartilhada: fornecedores assumem parte da responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, incluindo logística reversa quando aplicável.

Conformidade legal: alinhamento com políticas ambientais e sanitárias vigentes, reforçando o compromisso do hospital público regional com sustentabilidade.



Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim

Assim, o credenciamento não apenas garante eficiência administrativa e segurança clínica, mas também contribui para práticas mais sustentáveis na gestão hospitalar.

VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Legal: fundamentada na Lei nº 14.133/2021, que prevê o credenciamento como procedimento auxiliar e hipótese de inexigibilidade de licitação, garantindo segurança jurídica e transparência.

Técnica: assegura que apenas empresas com registro na ANVISA, experiência comprovada e capacidade logística sejam habilitadas, garantindo qualidade e rastreabilidade dos materiais.

Econômica: o regime de consignação reduz custos, pois o hospital só paga pelos itens efetivamente utilizados, evitando imobilização de recursos e desperdício por vencimento de estoque

Operacional: garante disponibilidade imediata de OPME para procedimentos de média e alta complexidade, atendendo à demanda regional sem risco de desabastecimento.

Social: fortalece o papel do hospital público regional como referência no atendimento pelo SUS, ampliando acesso da população a tratamentos seguros e eficazes.

Ambiental: contribui para redução de resíduos hospitalares e descarte inadequado, já que o controle de estoque é mais eficiente.

Assim, entendemos que a contratação é viável e necessária, pois combina conformidade legal, eficiência administrativa, sustentabilidade financeira e impacto positivo na saúde pública regional.

Andreia Martini Fabiani
Coordenador I – Bloco Cirúrgico e CME